



Ministério da Economia e da Inovação
Direcção-Geral de Geologia e Energia

08.FEV2006 001818

EDP Comercial, S.A.

Praça Marquês do Pombal, 13

1250-162 LISBOA

Sua referência:

Sua comunicação:

Nossa referência:

El 3.3/05

ASSUNTO:

Licença de Comercializador de Energia Eléctrica

Exm^{os} Senhores,

Para os devidos efeitos comunico que, por despacho do Sr. Director Geral de Geologia e Energia de 20/01/06, nos termos do Decreto-Lei nº 184/2003, de 20 de Agosto, e Portaria nº 139/2005, de 3 de Fevereiro, foi concedido à vossa empresa a licença de comercializador de energia eléctrica que se anexa.

Com os melhores cumprimentos,

Martins de Carvalho

(Director de Serviços de Energia Eléctrica)

MF
N

Licença de Comercializador de Energia eléctrica

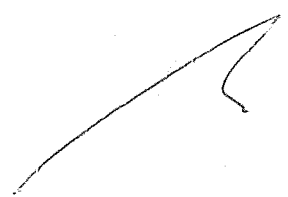
Nos termos do Decreto Lei nº 184/2003 de 20 de Agosto e Portaria nº 139/2005 de 3 de Fevereiro é concedida Licença de Comercializador de Energia Eléctrica à empresa **EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.**, com o NIF 503504564, com sede social em Praça Marquês do Pombal, 13, 1250-162 Lisboa, Portugal, para as seguintes actividades de comercialização de energia eléctrica:

- a) Compra e venda por grosso, em nome próprio;
- b) Venda a retalho, em nome próprio;
- c) Importação e exportação entre mercados.

Constituem *direitos* do titular desta licença:

1. Transaccionar energia eléctrica através de contratos bilaterais com outros agentes do mercado de energia eléctrica ou através dos mercados organizados, se cumprirem os requisitos que lhes permitam aceder a estes mercados;
2. Ter acesso às redes de transporte e de distribuição e às interligações, nos termos legalmente estabelecidos, para entrega de energia eléctrica aos respectivos clientes;
3. Contratar livremente a venda de energia eléctrica com os seus clientes.

Constituem *obrigações* do titular desta licença:

1. Entregar energia eléctrica à rede para o fornecimento aos seus clientes de acordo com a planificação prevista e cumprindo os regulamentos técnicos e procedimentos financeiros aplicáveis e aprovados pelo operador de sistema e, se for o caso, pelo competente operador de mercado;
 2. Certificar a origem da electricidade fornecida, no cumprimento das normas ambientais legalmente estabelecidas;
 3. Colaborar na promoção das políticas de eficiência energética e de gestão da procura nos termos legalmente estabelecidos;
 4. Prestar a informação devida aos clientes, nomeadamente sobre as opções tarifárias mais apropriadas ao seu perfil de consumo;
 5. Emitir facturação discriminada de acordo com as normas aplicáveis;
 6. Proporcionar aos seus clientes meios de pagamento diversificados;
 7. Não discriminar entre clientes e praticar nas suas operações transparência comercial;
 8. Abster-se de celebrar contratos bilaterais por prazo superior a dois anos, ainda que prorrogáveis, mas reconhecer o direito de a outra parte os denunciar com um pré-aviso não superior a três meses do respectivo termo, prevendo mecanismos expeditos de acerto de contas;
- 



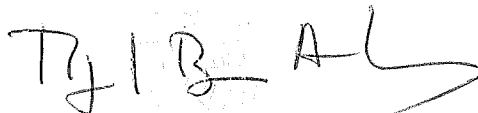
Ministério da Economia e da Inovação
Direcção-Geral de Geologia e Energia

9. Manter o registo de todas as operações comerciais, cumprindo os requisitos legais de manutenção de bases de dados;
10. Prestar a informação estatística a que legalmente estejam obrigados à DGGE e à ERSE sobre consumos e tarifas das diversas categorias de clientes, com salvaguarda do respectivo sigilo;
11. Manter a capacidade técnica, legal e financeira necessária para o exercício da função;
12. Constituir e manter actualizados o seguro de responsabilidade civil e a garantia ou garantias exigidas.

São ainda obrigações do titular da licença, incluir nos contratos a efectuar com os consumidores os elementos constantes do Anexo à Portaria nº 139/2005 (Medidas de Protecção dos Consumidores), assim como oferecer as garantias aí mencionadas.

Lisboa, 2 de Janeiro de 2006

O DIRECTOR GERAL



Miguel Barreto